

PREGÃO ELETRÔNICO nº 35/2023

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de segurança patrimonial nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, a ser executado em regime de dedicação exclusiva de mão de obra com a alocação de postos de vigilância armada e desarmada e fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, nos termos do Edital e seus anexos.

IMPUGNANTE: BROMO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ARMADA LTDA.

1. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por BROMO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ARMADA LTDA (CNPJ 16.919.666/0001-88), contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 35/2023.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade

Dispõe o art. 164 da Lei 14.133/2021 que “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”.

A sessão de abertura foi designada para o dia 31/10/2023 e a presente impugnação foi encaminhada em 26/10/2023. Ela é, portanto, tempestiva.

3. MÉRITO

3.1. Pagamento do Aviso Prévio

A impugnante alega que o edital contraria o Acórdão 1186/2017 do TCU, uma vez que este recomenda o pagamento de aviso prévio em caso de prorrogação, tendo o edital disposto que o aviso seria pago somente no primeiro ano de vigência do contrato. Pede seja alterado o item do edital para que conste a recomendação da Corte de Contas nos termos em que foi exarada.

Manifestou-se a Assessoria Jurídica deste Tribunal do seguinte sentido:

(...)

Os custos fixos não renováveis podem ser entendidos como itens que constaram da planilha de custos no momento da licitação, foram devidamente pactuados entre Contratante e Contratada, e que não se renovam ao longo da execução do pactuado, pelo que devem ser suprimidos da composição de preços do ajuste, após terem sido pagos ou amortizados, pena de se conferir uma vantagem indevida em favor da empresa Contratada.

Admitir-se a perpetuação de tais custos, pelo simples fato de não terem sido adotadas as medidas saneadoras a sua redução no momento da prorrogação contratual, configuraria ato contrário à economicidade, e, de consequente, ao interesse público, pelo que inadmissível, no particular.

Desse modo, nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, sendo essa a determinação contida na Instrução Normativa n. 5/2017/MPDG (Anexo VII-F, item 1.2, e Anexo IX, item 9).

Os valores relativos a aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado não constituem despesa contratual permanente, que se renovam ao longo da execução contratual, enquadrando-se, pois, na categoria de custos não renováveis. Por tal razão, não há dúvida de que, uma vez pagos/armortizados, devem ser excluídos da composição de preços, sob pena de enriquecimento ilícito da empresa Contratada.

Ultrapassado este ponto, resta-nos perquirir se tal rubrica deve ser paga de uma só vez, no primeiro ano de vigência do contrato, como estabelece o Termo de Referência em questão, ou de forma diluída ao longo das eventuais prorrogações, como alega a licitante em sua impugnação.

De início, vale mencionar que o **Acórdão 3006/2010 – TCU – Plenário** já remontava à integralidade de pagamento, no primeiro ano do contrato, do percentual relativo ao aviso prévio, como se infere do excerto a seguir, extraído do Informativo de Licitações e Contratos n. 042/2010 – TCU:

Planilha de custos e formação de preços: 3 - Considera-se integralmente pago, no primeiro ano do contrato, o percentual relativo ao aviso prévio trabalhado

Outra suposta irregularidade apontada no Contrato n.º 174/2006, celebrado pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro – NERJ/MS, cujo objeto era a prestação de serviços de tratamento de acervos arquivísticos – microfilmagem, acondicionamento e arquivamento – no Centro de Microfilmagem e Digitalização – CMD/RJ, **envolveu o fato de o percentual de 1,94% da planilha de custos dos serviços contratados, relativo ao ‘Aviso Prévio Trabalhado’, continuar sendo pago mesmo após o primeiro ano do contrato.** De acordo com a unidade técnica, **o cálculo referente ao percentual cobrado para fazer face ao ‘Aviso Prévio Trabalho’ (Grupo B), estabelecido em 1,94% na proposta da contratada, considera-se integralmente pago no primeiro ano do contrato, devendo ser zerado nos anos subsequentes.** Assim sendo, nos termos do voto do relator, o Plenário decidiu assinar prazo para que o NERJ/MS “adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, de forma a promover a repactuação do Contrato nº 174/2006, firmado com a empresa MGI Tecnogin Micrográfica no Gerenciamento da Informação Ltda., a fim de adequar as planilhas de custos dos serviços contratados, bem como proceder ao ajuste de contas, nas futuras faturas, entre os valores efetivamente pagos e os decorrentes da repactuação ora determinada”, em relação à **“supressão do percentual de 1,94% da Planilha de Custos dos Serviços Contratados, referente ao Aviso Prévio Trabalhado, tendo em vista que os referidos custos consideram-se integralmente pagos no primeiro ano do Contrato, devendo ser zerado nos anos subsequentes,** nos termos do cálculo demonstrado quando da apreciação do Acórdão TCU nº 1904/2007-Plenário;”. Acórdão n.º 3006/2010-Plenário, TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010

No mesmo sentido é o Acórdão n. 1633/2014-TCU-Plenário, em que se considerou **irregular** (item 1.8.1.4) “a **manutenção de custos não renováveis referentes a aviso prévio** (aviso prévio trabalhado) e **aviso prévio indenizado, após um ano de vigência**

do Contrato 9/2010-MC, em descumprimento ao artigo 30-A, parágrafo 1º, inciso II, da IN SLTI/MPOG 2/2008”.

Destaca-se que a matéria foi objeto de estudo técnico realizado pela Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas (SELPD) deste Tribunal, que **resultou na conclusão de que os valores afetos ao aviso prévio devem ser integralmente pagos no primeiro ano da vigência contratual e suprimidos da planilha de custos nos anos seguintes**. Em anexo, encaminha-se o relatório apresentado pela SELPD, anexo ao e-PAD n. 3643/2018 (doc. 8 – Comunicação Interna n. SELPD/SLSTE/021/2018), o qual, embora tenha sido exarado sob a égide da IN n. 02/2008/SLTI/MPOG, segue aplicável à luz da IN n. 05/2017/MPDG.

Considerando a manifestação da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, não há nada a prover, no particular.

3.2. Jornada de trabalho dos postos 12x36

Insurge-se o impugnante contra o disposto no item 9.4.3 do edital, alegando que ele contraria o art. 59-B da CLT e convenção coletiva da categoria, por não permitir a realização de horas extras na jornada 12X36.

Sem razão o impugnante.

As normas de saúde e segurança do trabalhador são de observância cogente, não cabendo interpretação no sentido de negar ao trabalhador o seu direito ao descanso. A realização de horas extraordinárias por trabalhadores ocupantes de postos em escala 12x36 é exaustiva por si só, por exigir longo período de atenção constante, ainda mais tratando-se de vigilância armada, em que a margem para erros no manuseio da arma e contenção do perigo é próxima de zero.

O trabalhador que cumpre regime de 12x36 trabalha 4 dias em uma semana e 3 na outra. Assim, na duração normal de trabalho, permanecem sendo cumpridas 8 horas diárias e 44 semanais. O regime de 12x36 é a forma de compensação desta jornada e, por isso, não se fala em horas extras, mas desde que esta jornada seja cumprida.

Em que pese o artigo 59-B da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017, estabeleça que a prestação habitual de horas extras não descaracteriza o regime de compensação de jornada, a interpretação mais consentânea é a de tal redação versa sobre a jornada ordinária de 8 horas diárias e/ou 44 semanais, sendo que a compensação, inclusive no regime de banco de horas, deve sempre respeitar o limite máximo de 10 horas diárias, afinal, o próprio *caput* do referido art. 59 estabelece, de forma expressa, que a duração do trabalho pode ser acrescida de horas extras em número não excedente de 2 diárias.

Assim é que o regime 12X36 é especial, já que há uma autorização excepcional para se ultrapassar a décima hora de trabalho diário, com o labor em 12 horas por dia com a correspondente concessão de folga por 36 horas. E isso pode ser verificado pela própria redação do artigo 59-A, ao versar que “em exceção ao disposto no artigo 59 desta consolidação”. Nesses termos é que o acordo na jornada 12x36 prevê a folga de 36 horas como compensação para o trabalhador que prestar serviços durante 12 horas em um dia.

Dessarte, a prestação de horas extras no regime 12x36 significaria um desrespeito à própria compensação entabulada entre as partes, seja por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva, já que estaria sendo concedida uma autorização excepcional (chancelada pelo legislador) de o trabalhador laborar 12 horas diárias, mas a empresa não estaria concedendo sua contrapartida, qual seja as 36 horas de descanso.

Por todo o exposto, não é possível a realização de horas extras no regime 12x36. Não é outro o entendimento da área demandante que assim se manifestou, em parecer:

O licitante julga incoerente a vedação à realização de horas extraordinárias para os profissionais ocupantes dos postos em escala 12x36, disposta no subitem 9.4.3 do Termo de Referência, por entender haver descompasso com o art. 59-B da CLT. Primeiramente, não cumpre aqui dissertar sobre a interpretação dada pelo licitante ao art. 59-B da CLT. Cumpre, todavia, reforçar a preocupação deste Órgão em se fazer cumprir o que determina a legislação trabalhista, principalmente no que diz respeito aos institutos que prezam pela saúde e segurança do trabalhador. Assim, reitera-se que não será admitida em hipótese alguma a realização de horas extraordinárias por terceirizados ocupantes de postos em escala 12x36. Tendo em vista se tratar de jornada exaustiva por si só, após 12 horas de labor deverá ser observado rigorosamente o descanso por 36 horas subsequentes. Diante do exposto, entendemos, s.m.j., que a redação do subitem 9.4.3 do Termo de Referência deve permanecer como está por não haver qualquer incoerência com a legislação trabalhista.

Isto posto, nego provimento.

3.3. Jornada de trabalho dos postos de 44h - Suspensão das atividades que dispensem a prestação dos serviços terceirizados

A impugnante argumenta que, tendo o Submódulo 2.3 das planilhas de custos e formação de preços já precificados os valores referentes aos feriados, a previsão contida no item 9.5.12 do Termo de Referência deveria ser excluída, haja vista que a sua manutenção acarretaria bis in idem sobre a rubrica de vale de transporte e auxílio refeição/alimentação.

Não lhe assiste razão.

Esclareça-se que, conforme entendimento sedimentado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU 906/2020 - Plenário), as planilhas de custos e formação de preços detêm caráter instrumental, como meio de detalhar e estimar os componentes dos custos que incidem na formação do preço dos serviços a serem contratados. Nesse sentido é que se apresentam as previsões constantes no Anexo X do Termo de Referência, quanto à elaboração das planilhas de custos e formação de preços e à possibilidade de adequação pelos licitantes do modelo apresentado:

1.1. As planilhas de custos e formação de preços apresentadas relativas aos serviços a serem contratados são meramente para fins de estimativa do preço máximo aceitável, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la, em conformidade com a sua realidade e com o previsto neste edital.

[...]

1.4. Deverá ser preenchida uma planilha para cada tipo de posto e, caso ocorram alterações necessárias referentes ao modelo apresentado, estas deverão ser justificadas, uma vez que servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução contratual.

Ademais, é importante ressaltar que a utilização de 20,83 dias úteis para fins de estimativa do custo com Transporte (item 2.3 A) e com Alimentação (item 2.3 B) para todos os postos de trabalho de qualquer localidade visa apenas a assegurar a isonomia do processo licitatório, ao permitir que os interessados, competindo entre si, possam apresentar suas propostas em condições de igualdade. Não obstante, não se impõe sua aplicação de forma obrigatória pelos licitantes.

Outrossim, reconhece-se a impossibilidade de se dimensionar antecipadamente todas as hipóteses de suspensão das atividades que dispensem a prestação dos serviços terceirizados em todas as localidades abrangidas pela futura contratação, seja por eventos imprevisíveis ou pela própria flexibilidade do calendário institucional da Justiça do Trabalho da 3ª Região (feriados nacionais e locais móveis, por exemplo).

Por todo o exposto, não se vislumbrando qualquer vício a ser sanado, nega-se provimento.

3.4. Recesso forense

Acerca da glosa dos benefícios de auxílio-transporte e alimentação aos terceirizados, durante o período de eventual suspensão das atividades, em razão do recesso forense concedido legalmente aos servidores públicos (20 de dezembro a 6 de janeiro), estabelecida no edital, item 9.7, o impugnante alega que se trata de uma ingerência da Administração Pública na administração da futura empresa contratada, invocando tal vedação do art. 5º da IN5/2017, devendo tal disposição ser banida do edital.

Aduz ainda que a suspensão do trabalho no recesso forense acarreta ônus elevado à futura contratada, que deverá manter os gastos com folha de pagamento de seus empregados, sem receber a contrapartida.

Por fim, argumenta que o recesso forense interfere na sistemática de programação de férias dos empregados da empresa, uma vez que esta deverá, inclusive, promover o fracionamento das férias, o que não pode ser garantido, posto tratar-se de uma prerrogativa do empregado.

Razão não lhe assiste.

Exatamente para não onerar demasiadamente a empresa é que o edital previu, no recesso forense, que fossem glosados os benefícios ao terceirizado, como forma de não impor desequilíbrio econômico-financeiro à futura contratada, ao mesmo tempo em que equaliza os gastos públicos, uma vez que não seria há justificativa para que a Administração Pública custeie um serviço que não será prestado.

Em relação às férias, o edital apenas sugere que a empresa possa se organizar concedendo férias aos empregados, durante o recesso forense, mas tal não se trata de uma imposição, justamente pela previsão retro citada do art. 5º da IN5/2017, que impede ingerência da Administração Pública na forma como a contratada vai gerir sua própria administração.

Confira-se o que esclareceu a área técnica:

O licitante faz uma interpretação completamente equivocada do subitem 9.7 e seguintes do Termo de Referência que trata da prestação de serviço ao longo do período de recesso forense, compreendido entre 20 de dezembro a 06 de janeiro.

Primeiramente, alega se tratar de uma prática de ato de ingerência evocando, para tanto, o art. 5º, VII, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, que versa sobre a vedação de se conceder aos terceirizados direitos típicos de servidores, tais como recesso, ponto facultativo, etc.

Pois bem, o referido subitem não se presta a estender aos terceirizados o recesso, mas sim a disciplinar como se dará a prestação de serviço durante este período em que a Justiça do Trabalho, por força de lei, precisa lidar com uma significativa redução de suas atividades. Ora, não seria razoável manter o efetivo completo de

terceirizados em um período em que a maioria dos endereços deste Órgão permanece com suas unidades prediais completamente fechadas, seja ao público externo, quanto ao público interno. Nesse cenário, o terceirizado, dispensado de comparecer à sede da tomadora de serviços durante o período de recesso forense, permanece vinculado à empresa, seu empregador direto, que possui total liberalidade para alocar sua força de trabalho em atividades outras.

Em continuidade às alegações postuladas, acrescenta o licitante que a redução/suspensão dos postos ao longo do recesso forense coloca em risco o patrimônio público. Veja, contudo, que a análise de risco é uma questão a ser avaliada internamente por este Órgão que conta, inclusive, com uma Secretaria especializada na matéria. Ademais, o sistema de segurança deste Órgão é robusto e conta com outras ferramentas capazes de inibir potenciais práticas delituosas ao patrimônio público.

Dando seguimento, complementa o licitante que a sistemática de suspensão de postos ao longo do recesso forense oneraria de sobremaneira as despesas da futura contratante que deverá suportar os gastos com seus vigilantes. Aqui, cumpre esclarecer que a estratégia de glosas não impõe qualquer desequilíbrio econômico financeiro à futura contratante, vez que os descontos recairão apenas sobre os custos que a empresa já deixaria de ter com a suspensão das atividades, a exemplo dos benefícios de vale alimentação e vale transporte devidos pelo dia efetivamente trabalhado e que, portanto, já não seriam fornecidos aos terceirizados, bem como o custo relativo ao profissional substituto que não será enviado. Veja, portanto, que tal sistemática de glosas, além de não imputar nenhum desequilíbrio à empresa, vem trazer maior adequação aos gastos públicos, uma vez que não seria admissível a Administração Pública pagar um valor integral por um serviço que não está sendo 100% prestado.

Por fim, aduz o licitante que o regramento estabelecido para o recesso forense interfere na sistemática de programação de férias da empresa, inclusive com a imposição de fracionamento de férias. Ora, veja que o subitem 9.7.3 do Termo de Referência é bem claro ao dizer que a concessão de férias durante o período do recesso forense é uma faculdade da Contratada e, em momento algum, fala-se no fracionamento de férias. A intenção aqui foi apenas atentar a Contratada para a possibilidade de se organizar nesse sentido, se assim entender que é lhe é vantajoso. E para viabilizar ainda mais essa possível concessão de férias em larga escala, se assim convier, o dispositivo 9.7.4 impõe ao Contratante a obrigação de informar o efetivo de terceirizados que será necessário com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência do início do recesso forense.

Provimento negado.

3.5. Acesso online ao sistema

O impugnante alega que o subitem 9.8.6 do Termo de Referência, que trata da disponibilização de acesso online ao sistema de registro de ponto, acarreta onerosidade ao contrato, visto que a futura contratada deveria, para cumprir tal disposição, fornecer dispositivo eletrônico (notebook, computador) ao Contratante. Acrescenta, ainda, que tal medida seria uma prática de ingerência, vez que o controle de ponto dos terceirizados é uma exclusividade da empresa.

Mais uma vez, o impugnante interpreta equivocadamente o edital, pois a previsão é a de que o acesso online ao sistema seja realizado por meio dos computadores do próprio contratante. Como muito bem pontuou a área demandante, em sua manifestação:

(...)

Veja bem que o simples acesso online ao sistema pode ser realizado por meio dos computadores do próprio Contratante, sem imputar qualquer onerosidade à empresa. Ademais, é obrigação da fiscalização técnica/setorial e administrativa acompanhar a frequência dos terceirizados, conferir a exatidão das informações lançadas nas planilhas de faturamento dos serviços prestados, manter os registros de ocorrências atualizados para fins de ateste e liberação futura de saldos retidos em conta vinculada, bem como para fins de estatísticas e planilhamento de séries históricas. Diante do exposto, entendemos, s.m.j., que a redação do subitem 9.8.6 do Termo de Referência deve permanecer como está por não haver qualquer ingerência.

Desta forma, não merece reparos o edital, também neste particular.

3.5. Aparelhos portáteis

O licitante alega que o subitem 9.15.10 do Termo de Referência que dispõe sobre a fornecimento de aparelhos portáteis de radiocomunicação oneraria demasiadamente o contrato, vez que a futura Contratada poderia não dispor de todo o material de comunicação para disponibilização a todos os usuários (externos, ou seja, terceirizados de vigilância, e internos, ou seja, agentes de polícia judicial).

Sem razão, mais uma vez.

O referido dispositivo em momento algum estende a obrigação de fornecimento de aparelhos portáteis de radiocomunicação a todos os potenciais usuários. Na realidade, condiciona que os dispositivos de comunicação que vierem a ser disponibilizados apenas para os vigilantes deverá possuir tecnologia de transmissão de dados compatível com os aparelhos já utilizados internamente por este Órgão.

Assim os aparelhos de radiocomunicação deverão ser fornecidos apenas aos vigilantes terceirizados, conforme especificação e quantitativo estabelecidos na tabela constante do Anexo V do Termo de Referência (kit 6, item 1). Logo, não há qualquer inviabilidade no subitem 9.15.10 do Termo de Referência, devendo ser mantida a redação como está.

Provimento negado.

3.6. Equipamentos de proteção coletiva

O impugnante se insurge contra os itens 9.15.5 e 9.15.5.1 do Termo de Referência, que dispõem que a contratada deverá arcar, sem repassar aos profissionais, com todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC. Alega que os EPC se destinam à preservação da integridade física e da saúde no âmbito coletivo dos trabalhadores e de terceiros e que, segundo a NR6, eles são de responsabilidade do tomador dentro das suas dependências. Pede seja excluída tal exigência do edital.

Não assiste razão ao impugnante.

A própria Norma Regulamentadora nº 1, ao tratar dos direitos e deveres do empregador, no item 1.4.1, estabelece que este deve adotar as medidas que sejam do seu alcance, necessárias e aplicáveis à execução direta do serviço, para minimizar e controlar fatores de risco. Segundo a norma:

- 1.4 Direitos e deveres.
- 1.4.1 Cabe ao empregador:
- (...)

g) implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

I. eliminação dos fatores de risco;

II. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas de proteção coletiva;

III. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; e

IV. adoção de medidas de proteção individual.

Destaques acrescidos.

Sugere-se que a empresa adote as medidas de prevenção na hierarquia prevista na NR 1 e, se for necessário o fornecimento de EPI, que seja feito nos termos da NR 6. No caso de necessidade de implementação de medidas de proteção coletiva que estejam fora do escopo da contratada, por exemplo, modificação estrutural num posto de trabalho, deve ser comunicado ao TRT3 para a análise e adoção das medidas cabíveis.

A redação portanto deverá ser mantida no edital, não havendo o que prover, neste tópico.

3.7. Remanejamento profissional

O impugnante argumenta que o subitem 12.1.7, que dispõe que o remanejamento de pessoal seja condicionado à autorização da gestora do contrato, impõe uma obrigação que caracteriza uma prática de ingerência na administração da contratada, devendo ser extirpada do edital.

Razão não lhe assiste.

É de se considerar que a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de vigilância armada não se compara a outros tipos de terceirização. Tratam-se de postos de trabalho sensíveis à segurança do Tribunal, onde transitam autoridades, servidores públicos federais e jurisdicionados. Por isso mesmo é obrigação da fiscalização técnica/setorial e administrativa acompanhar as alternâncias de terceirizados nos postos, manter os controles internos atualizados, enviar os dados de identificação de novos terceirizados para a Secretaria de Segurança para fins de controle de acesso aos prédios, etc.

A exigência de levar ao conhecimento da gestão contratual, em tempo real, todas as movimentações que são realizadas nos quadros de vigilantes advém dessa necessidade de salvaguarda da segurança das pessoas e dos bens dos prédios do Tribunal, nada se relacionando com prática de ingerência.

Provimento negado.

3.8. Planos de saúde

O licitante alega que o subitem 12.1.13 do Termo de Referência que trata da obrigação de informar as opções de empresas de planos de saúde que os terceirizados poderão aderir seria impossível de ser cumprido, vez que a convenção coletiva de trabalho da categoria profissional dispõe que a indicação de operadora de saúde ficará a cargo dos sindicatos laborais. Pede a exclusão do referido item do edital.

Não há necessidade de supressão do item, uma vez que basta à futura contratada informar o plano de saúde indicado pelo sindicato laboral. O importante é que tal informação seja participada, de forma clara e transparente ao trabalhador, principal interessado.

Nada a prover.

3.9. Auxílio-família

O licitante alega que o subitem 12.1.14 do Termo de Referência que trata da contratação de seguro de vida, é impossível de ser cumprido, pois dentre os benefícios citados a CCT vigente não contempla o seguro de vida com auxílio familiar, devendo ser, igualmente, excluído do instrumento convocatório.

Sem razão.

O edital prevê que a verba seja paga, “nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho”. Logo, não havendo previsão nos referidos instrumentos, não há que se falar em imposição deste Tribunal a que seja contratado o seguro.

Não há o que prover.

4. CONCLUSÃO

Pelos motivos elencados, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa **BROMO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ARMADA LTDA**, por atender os requisitos de admissibilidade e tempestividade para, no mérito, **NEGAR-LHE** provimento.

Mantida a data da sessão de abertura do certame em 31/10/2023, remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2023.

SHEYLA DE CAMPOS MENDES

Pregoeira

(assinado eletronicamente)